

SEXUALIDADE: SEQUÊNCIA DE AULAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL CONTEMPLADA PELO PIBID.

Bruna Marcelli Raposo (IC) e Magda Medhat Pechliye (Orientadora)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O ensino de sexualidade sofreu grandes mudanças desde quando foi inserido no currículo das escolas, iniciando-se no século XX pela higiene pessoal até os dias de hoje que trata sobre métodos contraceptivos e anatomia dos corpos. Porém, ainda é pouco discutido o componente sociocultural da sexualidade, que visa compreender como as normas e valores da sociedade influenciam na individualidade dos seres humanos e como mudam conforme os períodos históricos. Pelas construções sociais a respeito da sexualidade, encontram-se as questões de gênero, que são definidas por normas e regras pela sociedade, assim, definindo como o homem e a mulher devem se comportar. Consequentemente, criando a desigualdade de gênero, que resulta em uma lógica invariável de dominação e submissão, em que os lados opostos se relacionam. Por ser pouca ou quase nula a discussão em salas de aulas a respeito dessa desigualdade, foi criada uma sequência de aulas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Ciências Biológicas de uma Universidade particular da cidade São Paulo contemplada pelo PIBID com o intuito de problematizar os estereótipos femininos e discutir situações machistas e abusivas que ocorrem no cotidiano dos estudantes. Durante as discussões em sala de aula, foi possível identificar que os estudantes não reconhecem situações machistas, mesmo que elas sejam claras, como abuso e assédio sexual.

Palavras-chave: educação, sexualidade, sequência de aulas.

ABSTRACT

The teaching of sexuality has undergone great changes since when it was inserted in the curriculum of the schools, beginning in century XX by the personal hygiene to the present day that deals with contraceptive methods and anatomy of the bodies. However, the sociocultural component of sexuality is still little discussed, which aims to understand how the norms and values of society influence the individuality of human beings and how they change according to historical periods. For social constructions regarding sexuality, there are the gender issues, which are defined by norms and rules by society, thus defining how man and woman should behave. Consequently, by creating gender inequality, which results in an invariable logic of domination and submission, in which the opposite sides relate. Because there was little or no discussion in classrooms about this inequality, a sequence of classes was created by the Institutional Program of Initiatives for Teaching (PIBID) of Biological Sciences of a private University in the city of São Paulo contemplated by PIBID with the aim of problematizing female stereotypes and discussing macho and abusive situations that occur in students' daily lives. During the classroom discussions, it was possible to identify that students do not recognize macho situations, even if they are clear, such as sexual abuse and harassment.

Keywords: sexuality, education, class sequences.

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa em ensino de sexualidade, é comum se ter a ideia de um caráter naturalista e normatizador, ou seja, em que o docente explica os sistemas reprodutivos, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Raramente é pensado na sexualidade como uma construção social que não é natural ao ser humano, que envolve gênero, respeito, culturas e vivências.

Considerar a sexualidade apenas pelo viés biológico é negligenciar as relações de gênero existentes nesse tema. É deixar de entender o porquê ocorre a desigualdade entre homens e mulheres e do porquê a mulher ainda ser vista como um sexo frágil e como um ser inferior. Para entender o lugar e as relações de homens e mulheres na sociedade, não basta observar apenas seus sexos, e sim como foi construído socialmente seu papel na sociedade. Sendo necessário entender como construiu essa separação do gênero. Utilizar a expressão gênero e não sexo supõe a condição da mulher não ser determinada pela natureza, pela anatomia, pelo seu sexo e sim criada por uma engenharia social e política.

Ensinar sexualidade nas escolas vai além de explicar como é a anatomia dos corpos humanos e sobre nomes de doenças e a forma de contração. É mais que isso, é debater sobre as relações dos indivíduos, e entender como são construídos pelas normas e regras da sociedade em que estão inseridos, sendo imposto o comportamento que homens e mulheres têm que seguir. É compreender que o indivíduo constrói sua identidade a partir do que acredita ser inerente ao gênero. A transmissão de conteúdo nas escolas, não apenas sobre sexualidade, vem sendo um dos maiores problemas no ensino e aprendizagem dos alunos, pois os estudantes não são provocados ou incentivados a refletir sobre o que estudam, tampouco serem críticos e somente decoram tudo o que lhes é ensinado, portanto, eles acabam se tornando cidadãos que aceitam as desigualdades sociais mais facilmente e não refletem sobre as informações que o rodeiam.

Dessa forma, a falta de reflexão sobre gêneros e sexualidades nas escolas favorece para que o machismo fique ainda mais enraizado na nossa cultura. Logo, há uma necessidade de orientação específica sobre diversidade sexual nas escolas, na qual um trabalho seja realizado com o intuito de explicitar a variedade e reduzir preconceitos existentes. É dever da escola abrir discussões sobre diferentes temas na nossa sociedade, como tabus, preconceitos, atitudes relacionadas à sexualidade. Porém, não se deve ditar regras sobre o que é certo ou errado, como se o professor estivesse apenas transferindo e expondo o conhecimento para seus alunos, é necessário que os estudantes problematizem e construam seu conhecimento pela sua própria visão de mundo.

Pensando nisso, foi criada uma sequência de aulas com os objetivos de reconhecer situações machistas e abusivas, discutir conceitos relacionados ao machismo e desmitificar preconceitos existentes referentes ao machismo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, a sociedade passou por muitas transformações, que foram acompanhadas por mudanças na sexualidade, sendo assim, ela é influenciada por princípios éticos e morais executados pela camada dominante da sociedade (BOMFIM, 2009). Segundo Altmann (2001), o termo sexualidade surgiu no século XIX, marcando mais do que uma simples mudança no vocabulário. O uso da palavra sexualidade é estabelecida em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de diferentes campos do conhecimento; a introdução de um grupo de regras e normas sustentadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; mudanças na forma como as pessoas se relacionam e dão valor e sentido a sua conduta, prazeres, desejos, sentimentos e sonhos (ALTMANN, 2001).

Portanto, a sexualidade não é definida pelo ato sexual em si ou em funções reprodutivas, ela pressupõe temas maiores que isso, como gênero, respeito, valorização e cuidados do corpo (BRASIL, 2000). A sexualidade é uma das unidades que compõe o ser humano, e, a partir dela, o indivíduo expressa suas vontades, preferências e predisposições. Para Fagundes (2005) apud Bomfim (2009), a sexualidade tem que ser entendida como um dispositivo histórico, que envolve basicamente um contexto sociocultural, que coloca a sexualidade como uma construção social, já que o corpo individual é submetido ao controle coletivo da sociedade. Portanto, a sexualidade não é natural, ou seja, inerente ao ser humano e sim é uma construção social que só existe em um contexto social (FOCAULT, 1993 apud BOMFIM, 2009).

Pelas construções sociais a respeito da sexualidade, encontram-se as questões de gênero, que são definidas por normas e regras pela sociedade, sendo impostos os comportamentos sexuais que os homens e mulheres devem seguir (BOMFIM, 2009). Assim, as identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais, sendo moldadas pela camada de poder de uma sociedade (LOURO, 1997). O que é ser homem e o que é ser mulher é determinado por um longo período histórico e cultural, sendo assim, o indivíduo constrói sua identidade a partir do que acredita ser inerente ao gênero, sofrendo influências das regras que estão enraizadas e conservadas desde um longo tempo (BOMFIM, 2009).

Na Antiguidade grega, a mulher era vista como uma propriedade do homem, pertencendo inicialmente ao seu pai ou um parente próximo até ser arranjada a um marido. As atividades que as mulheres tinham na época estavam restritas ao cuidar do lar e ficar a

maior parte do tempo em seus aposentos, sem ter nenhuma educação formal, sem ao menos saber sobre política, deixando-a distante do saber, sendo exclusivos dos homens. Por lei, o seu marido poderia desprezá-la sem qualquer motivo, tendo apenas a figura de portadora de filhos (CABRAL, 1995).

Com o advento do cristianismo no ocidente, desde criança, a mulher era ensinada a ser mãe e esposa, limitando-se a apenas cozinhar, passar e realizar tarefas domésticas, o papel social da mulher era ser propriedade e um produto do homem. Neste período, pelo desinteresse do Estado com a educação, a Igreja, utilizando de seus prestígios sociais, assumiu o papel de reestruturar as escolas e impôs a sexualidade com restrições por normas morais. Para a mulher, o espaço na educação formal foi proibido, os lugares que as mulheres pertenciam eram somente o lar (OLIVEIRA, 2009).

Uma das visões cristãs sobre a mulher foi a de Eva, representação de mulher devassa, seminua e pecaminosa, que leva o homem para o caminho ruim, mas ainda uma mulher liberta de amarras masculinas e de muita clareza de seus objetivos. E ainda há uma outra representação feminina sob o olhar cristão, a imagem de Maria Madalena. Porém, essa mulher foi esquecida por muito tempo justamente por seu papel de apóstola de Jesus, o que a colocaria em papel de igualdade com os homens, algo inaceitável neste período histórico. Esse modelo de mulher, atuante na libertação de um povo oprimido, revolucionária e que “pensa como um homem” é justamente o modelo muito condenado pela sociedade cristã, casos de muitas bruxas e de Joana D’arc, que como ela, morreram queimadas por seguirem uma ideologia libertadora e revolucionária (CABRAL, 1995). Durante o século XII, ainda no modelo cristão, as mulheres eram cobradas de sua virgindade enquanto jovens e fidelidade enquanto esposas, sendo que o adultério era considerado um erro abominável a elas (DUBY, 1988).

Agora voltando o olhar exclusivamente ao cenário brasileiro, durante a maior parte da história de nosso país a mulher foi destinada apenas a atividades dentro de casa e de reprodução, enquanto os homens eram destinados a tarefas extra domésticas e públicas. Em cada momento histórico, as mulheres estavam presas a uma posição social que não poderiam sair e muito menos conquistar novas vitórias além do que era oferecido (BELTRÃO; ALVES, 2004).

No Brasil colonial, os homens tomaram mulheres pela força, tendo, inicialmente, relações sexuais com mulheres indígenas e posteriormente com escravas africanas (DESOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000). O machismo e a exploração econômica serviram para a dominação de classe e patriarcal, o que fortaleceu ainda mais a opressão da mulher, de todas as classes e raça (TELES, 1993). Já durante a era Imperial, as mulheres começaram a

reivindicar seus direitos, lutando então, pela participação em áreas da educação, política e de trabalho. Com o avanço da urbanização do século XIX, a mulher passa a assumir cargos no mundo econômico, trabalhando em fábricas, lojas e em escritórios. Porém, a mulher não recebia ainda educação igual ao do homem e nem equiparação dos papéis sociais atribuídos a cada um dos sexos (SAFFIOTTI, 1976).

Na primeira República, na virada do século, o trabalho se tornou assalariado no Brasil, porém, a exploração dos trabalhadores pela burguesia crescia cada vez mais. E isso recaiu ainda mais sobre as mulheres, que historicamente sempre receberam um salário inferior ao dos homens, mesmo desempenhando funções de mesmo patamar dentro de uma empresa. Ainda neste período, muitas mulheres brancas conseguiram sua emancipação do trabalho doméstico, porém às custas de outras mulheres negras, o que reforçou a desigualdade social acerca das mulheres, sobretudo as periféricas e negras (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017).

Em 1975, as mulheres construíram o movimento feminino pela anistia, assumindo, assim, um importante destaque pelo fim da ditadura no Brasil. Nesse mesmo ano, as mulheres começam a formar grupos que discutem e lutam pela liberação feminina, problematizando temas como a desigualdade entre homens e mulheres, as relações entre gênero e trabalho, maternidade e paternidade, etc. (RUSSO et al., 2011).

Na última década do século XX, foram criadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) com os objetivos de aprovar medidas de proteção à mulher e de possibilitar maiores participações de mulheres na política. Uma das lutas dessa época era a de providenciar segurança à mulher contra violência doméstica. Apenas em 2006 foi criada a lei Maria da Penha, que proibiu a violência familiar e doméstica depois de muita luta (PINTO, 2010). Porém, apesar de sua criação, ainda temos números alarmantes de violência contra a mulher e muitos desses casos acabam culminando em feminicídio.

Não somente a violência física afeta as mulheres em seus relacionamentos conjugais, como também os abusos emocionais (MARQUES, 2005). Sendo relatado como tão ou mais danoso quanto o físico, em que o agressor destrói e ameaça o bem estar da vítima, depreciando e ameaçando a mulher, levando-a falência da sua saúde mental (MARQUES, 2005). O assédio moral ocorre pela dominação de uma pessoa para outra, tendo então, humilhações, cobranças em alto nível e ilimitadas (LEAL, 2016).

Um dos temas mais discutidos acerca do feminismo é para que o movimento não defenda somente o direito da mulher da classe social mais alta em obter sucesso profissional, pois essa classe é a mesma que explora mulheres de classes sociais inferiores, em sua esmagadora maioria negras, em trabalhos domésticos, muitas vezes até de forma abusiva e sem os devidos direitos trabalhistas (FARIA; PIMENTA; SILVA, 2017). É necessário que o

movimento feminista combata o feminismo liberal, aquele que critica a ausência de direitos iguais aos homens e mulheres (HOOKS, 2015 apud FARIA; PIMENTA; SILVA, 2017). Mais que isso, também é preciso que seja considerado o gênero, raça e classe social, pois o feminismo é uma luta por justiça social. Um lugar de grande visibilidade atualmente é a rede social, em que mulheres discutem temas de movimentos sociais, como o feminismo, abuso sexual, aborto, liberdade sexual, representação da mulher, etc. A influência de mulheres militantes nas redes sociais vem aumentando cada vez mais em diferentes camadas da sociedade, todos podem se informar, ler, argumentar em questões de horas (MULLER; RIZZOTO, 2016). Entretanto, os temas orientação sexual e gênero foram retirados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Conselho Nacional de Educação no ano de 2017 e foram alterados para serem ensinados em ensino religioso (FERREIRA; MARIZ, 2017).

3. METODOLOGIA

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no caso da Universidade em questão de Biologia tem como objetivo principal proporcionar a todos os participantes uma formação reflexiva. Nesse contexto, com ajuda da coordenadora e do supervisor foi elaborada uma sequência quatro aulas sendo todas pensadas na desconstrução de alguns conceitos sobre sexualidade, como o machismo em letras de músicas e sobre o relacionamento abusivo que muitas mulheres sofrem. Assim, a sequência foi formada por: um levantamento de conhecimentos prévios; uma discussão sobre este; uma dinâmica, com um jogo; e um relato de finalização. Para esse trabalho, não é viável analisar todas as aulas da sequência, e por isso, foi feito um recorte. Sendo assim, apenas a primeira aula, de levantamento de conhecimentos prévios, foi discutida e analisada. Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar uma aula aplicada sobre sexualidade. Já os objetivos da sequência foram:

- Reconhecer situações machistas e abusivas;
- Discutir conceitos relacionados ao machismo;
- Desmistificar preconceitos existentes referente a ele.

Na primeira aula da sequência, o objetivo foi recolher os conhecimentos prévios dos estudantes a partir de músicas. Para isso, foi utilizada uma folha sulfite com diversos trechos de músicas pré-selecionadas, e abaixo de cada trecho, continha três opções que os alunos poderiam escolher: Concordo, discordo ou tenho dúvidas com o que está escrito nas frases sublinhadas. Ao escolher uma destas opções, o estudante deveria justificar sua escolha no espaço destinado para isso.

Estas músicas foram escolhidas seguindo basicamente dois critérios: conter algum trecho que poderia gerar uma discussão sobre machismo e pertencerem a diversos gêneros

musicais, para mostrar que todos os gêneros também reproduzem o machismo. As músicas estão apresentadas abaixo do mesmo modo em que foram apresentadas para os alunos:

Trechos:

Música 1:

Às vezes eu raspo minhas pernas, e às vezes não

Às vezes e penteio meu cabelo e às vezes não

Dependendo de como o vento soprar, eu poderia até pintar os dedos dos pés

Realmente só depende de o que se sente bem em minha alma

Eu não sou a garota normal de seu vídeo

E não fui construída como uma supermodelo

Mas, eu aprendi a me amar incondicionalmente

(Letra traduzida de Vídeo – India Arie)

Música 2:

Tudo que dá na TV minha *muié qué fazê*

Não mede as consequências

Fez um *tar* de topless

Quando vi me deu um stress

Perdi minha paciência

Por mim faltaram respeito

Na *muié* eu dei um jeito

Corretivo do meu modo

No quarto deixei trancada

Quinze dias aprisionada

E com ela não incomodo

(Bruto, Rústico e Sistemático – João Carreiro e Capataz)

Música 3:

Fique esperto com o mundo e atento com tudo e com nada.

Mulheres só querem/preferem o que as favorecem

Dinheiro, ibope, te esquecem se não os tiverem.

Somos Racionais, diferentes, e não iguais.

Mulheres vulgares, (o quê) uma noite e nada mais!

(Mulheres Vulgares – Racionais MC's)

Música 4:

Com tanta roupa suja em casa

Você vive atrás de mim

Mulher foi feita para o tanque

Homem para o botequim

(Mulher não manda em homem - Grupo Vou pro Sereno)

Música 5:

Ah Safada!

Na hora de ganhar madeirada

A menina meteu o pé pra casa

E mandou um recadinho pra mim

(Malandramente – Dennis e Mc's Nandinho & Nego Bam)

Música 6:

Desculpa a visita

Eu só vim te falar

Tô a fim de você

E se você não tiver, cê vai ter que ficar

Eu vim acabar com essa sua vidinha de balada

E dar outro gosto pra essa sua boca de ressaca

Vai namorar comigo, sim!

Vai por mim, igual nós dois não tem

Se reclamar, cê vai casar também

(Vidinha de balada – Henrique e Juliano)

2.1. Coleta e organização de dados

A coleta de dados foi feita a partir dos conhecimentos prévios. Assim, todas as respostas foram lidas e tabuladas em grupos. Foi criado um quadro para facilitar a visualização das respostas dos alunos em categorias. Os estudantes não foram identificados por questões éticas, e para o reconhecimento de respostas, os autores de cada resposta foram enumerados de 1 a 12.

Cada música poderá receber uma ou mais categorias contemplando o que os alunos responderam. As categorias são:

- Assédio sexual
- Estereótipo da mulher
- Relacionamento abusivo
- Livre arbítrio da mulher

As categorias foram abreviadas ao serem colocadas no quadro, ficando com o seguinte aspecto:

AS = Assédio sexual

ES = Estereótipo da mulher

RA = Relacionamento abusivo

LA = Livre arbítrio da mulher

Assim, o quadro terá a seguinte forma:

Estudante	Mús. 1	Mús. 2	Mús. 3	Mús. 4	Mús. 5	Mús. 6
Estudante 1						
Estudante 2						
Estudante 3						
....						

A escolha das categorias foi feita baseada no que foi discutido em sala de aula e no que os estudantes responderam. Os temas assédio sexual, relacionamento abusivo e estereótipo da mulher estão dentro do machismo e presentes nas músicas. Já o livre arbítrio da mulher está contemplado no feminismo, que também foi discutido nas aulas. Todas as categorias serão definidas no quadro abaixo, juntamente com exemplos de cada uma.

Categoria	Explicação teórica	Exemplos
Assédio sexual (AS)	O assédio sexual é uma maneira de intimidar e constranger a vítima, por se achar superior e estar em uma posição hierárquica dominante. É uma prática do machismo, em que o assediador quer se aproveitar da mulher de maneira sexual. O homem acredita ser superior a mulher, por construções históricas. Assediar é mais uma maneira de impor sua virilidade e a sua dominação (LEAL, 2016).	Estuprar; Assediar (LEAL, 2016).

Estereótipo da mulher (ES)	O gênero é construído com base nas normas e regras da sociedade, assim, é imposto como a mulher e como o homem deve se comportar, criando dessa forma, um estereótipo para cada um. As construções sociais reforçam uma desigualdade entre os dois, é comum ouvir a expressão “isso não é coisa de mulher” ou até mesmo que mulher é o sexo frágil (BOMFIM, 2009).	Mulher não sabe dirigir; É descontrolada; É o sexo frágil (BOMFIM, 2009).
Relacionamento abusivo (RA)	O relacionamento abusivo deste trabalho trata do relacionamento conjugal, em que o agressor ameaça o bem-estar da vítima, causando danos mentais e situações em que ela se encontra aterrorizada. Mesmo dela não gostando, ela se sente no dever de agradar, sendo uma questão de submissão. O agressor humilha e manipula sua vítima (MARQUES, 2005).	Humilhar a mulher; Proibir a mulher; Punir a mulher; Obrigar a mulher a fazer algo (MARQUES, 2005).
Livre arbítrio da mulher (LA)	A mulher deve ter a liberdade em tomar suas próprias decisões e realizar suas vontades, assim como qualquer ser humano. Porém, isso nem sempre foi respeitado, ela teve que conquistar seu espaço no mercado de trabalho a partir da inserção profissional e legitimar sua emancipação com relação ao homem, podendo obter sua própria renda salarial	Mulher não pode trabalhar; Mulher tem que cuidar do lar

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

AULA 1 – Levantamento de conhecimentos prévios

Estudante	Mús. 1	Mús. 2	Mús. 3	Mús. 4	Mús. 5	Mús. 6
1	LA	RA	LA	LA	AS	RA
2	ES	RA	ES	ES	AS	RA
3	LA	RA	ES	LA	RA	RA LA
4	ES	RA	ES	ES	AS	RA
5	LA	RA	ES	LA	LA	LA

6	LA	LA	ES	LA	AS	LA RA
7	LA	LA	ES	LA	LA	RA
8	LA	RA	ES	ES	–	RA
9	LA	RA	ES	RA	AS	LA
10	LA	RA	ES	ES	LA	RA
11	LA	RA	ES	ES	AS	RA
12	LA	RA	ES	LA	LA	LA

Legendas:

AS = Assédio sexual

ES = Estereótipo da mulher

RA = Relacionamento abusivo

LA = Livre arbítrio da mulher

Não entendeu a letra da música = –

Na aula de levantamento de conhecimentos prévios, foi quase unânime a resposta dos estudantes sobre a primeira música, dez de doze responderam que a mulher faz o que quer com o seu corpo, se quiser se depilar, ela se depila, se não quiser, que não faça e está tudo bem. Na Antiguidade Clássica, a mulher não tinha o direito de expor suas vontades e ter a liberdade de escolher o que fazer com sua própria vida, era simplesmente imposto pelos homens da sua família com quem casaria, se poderia sair de casa ou não, pois seu único dever era permanecer e cuidar do lar, sem ao menos ter acesso à educação, sendo exclusiva de seus maridos (CABRAL, 1995).

Com o passar dos anos, esse cenário vem sofrendo mudanças, é o direito da mulher, assim como de qualquer cidadão, ter acesso à educação e ser livre. No exemplo usado da música não se depilar pode parecer um ato simples, mas para muitas mulheres é um ato político, em que elas conseguem se posicionar contra um sistema que foi imposto que ela deveria estar sempre impecável para o deleite dos homens. Uma resposta dos alunos mesmo concordando que a mulher tem que fazer se sente bem se contradisse ao escrever tal frase

“- Concordo, a mulher tem que fazer o que quer, mas eu acho nojento. “

O aluno em questão respeita a decisão da mulher, porém, os pelos ainda são vistos como algo não natural do corpo de uma mulher. Não se pode afirmar que ele não pense o mesmo de corpos masculinos, porém, existe essa diferença em como a sociedade reage a um corpo de uma mulher com pelos demonstrando nojo e um corpo de um homem com pelos demonstrando naturalidade.

A segunda música do levantamento relata claramente um relacionamento abusivo, dez alunos conseguiram identificar isso na canção e dois não reconheceram o problema do trecho. Esses dois alunos deram importância no livre arbítrio da mulher, sendo colocado que se a mulher quer fazer topless, ela tem que fazer e ninguém pode impedir. Apesar dessas respostas não estarem erradas, pois é o levantamento de conhecimentos prévios, é um pouco preocupante que os alunos não reconheçam um caso de relacionamento abusivo tão claro, em que uma mulher seja trancada em um quarto. Essa atitude deveria ser reconhecida não somente pelos alunos, mas por toda uma sociedade.

Apesar das mulheres serem livres, muitas ainda passam por situações como essa, em que um homem acha que tem o direito sobre seus corpos. E isso é resultado de uma construção histórica, que vem desde a antiguidade clássica, como foi descrito por Cabral (1995), assim como foi visto durante todo o império cristão (OLIVEIRA, 2009) em que a imagem da mulher era de Maria, que deveria ser mãe, cuidar do lar, ser cuidadosa e caso não seguisse esses critérios, seja lutando pela libertação ou seja revolucionária, sofreria grandes consequências, como aconteceu com Joana D'arc (CABRAL, 1995). Hoje em dia isso pode parecer fora da realidade, mas é o que acontece quando uma mulher é morta apenas por ser mulher, por não seguir as ordens e os desejos de seu namorado/marido.

As músicas de número 3 e 4 do levantamento retratam estereótipos, sendo que a primeira fala sobre o clichê de mulheres serem interesseiras, se aproximarem de homens por dinheiro e/ou poder, já a segunda trata sobre mulheres serem feitas para o lar, cuidar da casa e servir ao seu marido. Dez dos doze alunos presentes reconheceram o estereótipo relatado na música 3 e representaram isso em sua resposta, como visto em uma das respostas:

“Discordo também, porque nem todas as mulheres só querem o que as favorecem, e nem todas são vulgares, que querem uma noite e nada mais”

Entretanto, apesar deste aluno ter reconhecido o estereótipo de mulher interesseira, ele acaba reforçando outro estereótipo em sua fala, que é o de que as mulheres não podem ter uma noite de amor sem se apegar. Novamente, o machismo enraizado no cotidiano acaba transparecendo. A visão de uma mulher sem amarras, com clareza de seus objetivos e liberta de qualquer envolvimento com homens sempre foi vista de forma muito negativa pela sociedade, até por conta da construção de Eva, uma mulher pecaminosa na visão cristã, justamente por possuir tais características (CABRAL, 1995).

Na música 4, diferentemente da música anterior, não foi unanimidade a visão de estereótipo sobre o trecho, desta vez alguns alunos acabaram relatando livre arbítrio e um deles destacou relacionamento abusivo. Uma resposta de um aluno que foi categorizada como livre arbítrio foi:

“Discordo, todos somos livres para fazermos o que quisermos e ser o que quiser”

Outra resposta que chamou atenção foi:

“Discordo, mulheres não nasceram para ser empregadas e podem também sair para descontrair”

Essa é uma ideia que surgiu somente no século passado, mais precisamente em 1975, com o surgimento de movimentos feministas no Brasil, em que surgiu a discussão sobre a luta feminina e sua emancipação das amarras masculinas. Com isso, o tema da igualdade entre homens e mulheres acabou sendo debatido, tanto profissionalmente quanto socialmente (RUSSO et al., 2011).

A penúltima música, de número 5, é responsável pela discussão acerca de abuso sexual e estupro, em que é relatado um caso de uma garota, ao fugir de um possível abuso sexual, é chamada de safada. É interessante ressaltar que dos 11 alunos que participaram da atividade, somente 6 reconheceram um caso de abuso sexual na letra. Enquanto 3 citaram livre arbítrio em sua resposta e outro aluno respondeu citando um relacionamento abusivo. Um aluno não respondeu.

Em uma das respostas um aluno se mostrou indiferente ao caso de estupro, deixando isso claro da seguinte forma:

“Eu sou indiferente a isso, eu acho que todo mundo faz o que quiser”

Apesar da resposta dele ter sido categorizada como livre arbítrio, chama atenção o fato dele se mostrar indiferente a um caso de abuso sexual declarado. Isso pode ser reconhecido como uma simples interpretação pessoal do aluno, entretanto, casos de abuso não devem ser tolerados por nenhuma pessoa em nenhuma circunstância, como já o fora em outro período de nossa história, durante a antiguidade clássica, em que as mulheres serviam somente aos seus maridos, como figuras portadoras de seus filhos, como descrito por Cabral (1995).

Outro aluno também demonstrou pouca empatia com o caso, ao dizer que acha a situação correta por não ver nada “demais” no trecho, como visto abaixo:

“Correta, não tem nada demais falar alguma coisa de mal”

Aqui, além do aluno não ter reconhecido o caso de abuso sexual, ele somente comentou sobre o palavreado utilizado no trecho, julgando como normal falar “alguma coisa de mal”. Tratar a mulher em pé de igualdade é um ganho recente do movimento feminista, entretanto, julgá-la de “safada” somente por não atender aos desejos de um homem é uma atitude machista muito comum na sociedade em que vivemos, é um hábito enraizado e que vem da visão cristã sobre a mulher (CABRAL, 1995).

Já a última música é responsável pela discussão sobre um relacionamento abusivo, principalmente visto no trecho “tô afim de você, e se você não tiver, cê vai ter que ficar”. Dos onze alunos que responderam a atividade, somente dois não reconheceram um caso de relacionamento abusivo, tendo citado o livre arbítrio, enquanto todos os outros 9 citaram o relacionamento abusivo em sua resposta.

Um dos alunos demonstra em sua resposta ter reconhecido o caso de relacionamento abusivo, ao contar sobre o casamento a força:

“Correto, achei normal não, só o último trecho que fala em casar a força”

O casamento à força, apesar de não ser mais visto com frequência no ocidente, ainda é uma prática comum em algumas culturas asiáticas e do Oriente Médio. Nesses casos a mulher não tem voz para escolher seu par, e este papel é desempenhado por seu pai, que seleciona um homem para que ela possa casar, e este processo algumas vezes ainda envolve dinheiro, ou o famoso “dote”, pago pela família da noiva ao noivo (CABRAL, 1995).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o ensino de sexualidade precisa passar por mudanças, como abrir espaços para debates que envolvem gênero, machismo, homossexualidade, entre outros fatores que compõem sexualidade por uma característica sociocultural. Discutir a sexualidade nas escolas tem uma importância política envolvida. Compreender que a situação e a imagem da mulher de hoje em dia são resultado de longos períodos históricos em que fora idealizada, humilhada e até mesmo morta, talvez possamos repensar, lutar e resistir por uma sociedade mais justa.

Nessa sequência de aulas, o intuito era que os alunos reconhecessem situações que passam diariamente sem questionar ou problematizar o porquê passam. Como, por exemplo, ao ouvir uma aluna em uma das primeiras aulas da sequência dizer que nunca passou por uma situação machista e ao final dar um exemplo de assédio sexual que já passou em sua vida. Ela era um de muitos casos de mulheres que ainda não se dão conta do porquê piadas e brincadeiras machistas podem prejudicar a vida de muitas mulheres ainda. Naturalizar atos machistas é contribuir para uma sociedade desigual. A sequência tem o maior objetivo de discutir essas situações e não as naturalizar, esperando que o aluno ao se deparar diante de uma circunstância machista se posicione contra ela. É impossível afirmar que todos o farão isso adiante, porém, hoje, eles têm uma base sobre o que é livre arbítrio, relacionamento abusivo e assédio sexual.

6. REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 9, p. 575-585, fev. 2001.

BELTRÃO, K. I; ALVES, J. E. D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX...** 2004. Trabalho apresentado no 14º. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, 2004.

BOMFIM, S. S. **Orientação sexual na escola: Tabus e preconceitos, um desafio para a gestão.** Salvador: UNEB, 2009. 72 p. Dissertação – Curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Pluralidade cultura e orientação sexual. ed. 2. Rio de Janeiro: 2000. p. 52. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo Ocidental.** São Paulo: 1995.

DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R; ROSA, F. H. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: reflexão e crítica.** Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.

DUBBY, G. **Idade Média, Idade dos Homens.** Traduzido por Jônatas Batista Neto. 1ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1988.

FERREIRA, P; MARIZ, R. **CNE retira gênero e orientação sexual da Base Curricular.** Brasília: 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-orientacao-sexual-da-base-curricular-22179063>>

LEAL, T. R. **Assédio sexual à mulher: Uma violência travestida dentro do ambiente de trabalho.** Caruaru: Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico, 2016. p. 47. Dissertação (Graduação em Direito) – Ensino Superior em Direito, Faculdade de Direito, Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico, Caruaru, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARQUES, T. M. **Violência Conjugal:** Estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p. 303. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MULLER, D; RIZZOTTO, C. C. Corpo, comportamento e consumo: As mulheres e o movimentos feminista e as mulheres. **Cadernos de comunicação**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 111-142, jul/dez. 2014.

OLIVEIRA, L. S. Educadoras e religiosas no Brasil do século XXI nos caminhos da civilização. In: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 12., 2009, Recife. **Civilização e Contemporaneidade.** Recife: 2009. p. 1-5.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Sociologia e política.** Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RUSSO, J; ROHDEN, F; TORRES, I; LIVI, F; NUCCI, M. F; ALAIN, G. **Sexualidade, ciência e profissão no Brasil.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e realidade. Petrópolis: Vozes. 1976.

SILVA, N. A; FARIA, D; PIMENTA, M. Feminismo no espaço urbano: Apontamentos para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17. 2017, São Paulo. **Anais.** São Paulo, 2017.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

Contatos: brunamarcelli.r@gmail.com e magda.pechliye@mackenzie.br